Agudezas Seiscentistas e Outros Ensaios

João Adolfo Hansen

CILAINE ALVES CUNHA
MAYRA LAUDANNA (*organização*)

edusp

AGUDEZAS SEISCENTISTAS E OUTROS ENSAIOS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Vahan Agopyan
Vice-reitor Antonio Carlos Hernandes

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Lucas Antonio Moscato

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente Rubens Ricupero
Vice-presidente Valeria De Marco
Carlos Alberto Ferreira Martins
Clodoaldo Grotta Ragazzo
Maria Angela Faggin Pereira Leite
Ricardo Pinto da Rocha
Tânia Tomé Martins de Castro
Suplentes José Roberto Castilho Piqueira
Marta Maria Geraldes Teixeira
Sandra Reimão

Editora-assistente Carla Fernanda Fontana
Chefe Téc. Div. Editorial Cristiane Silvestrin

Agudezas Seiscentistas e Outros Ensaios

João Adolfo Hansen

CILAINE ALVES CUNHA
MAYRA LAUDANNA (*organização*)

edusp

Copyright © 2019 by João Adolfo Hansen

Ficha catalográfica elaborada pela Associação
Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)

Hansen, João Adolfo
Agudezas Seiscentistas e Outros Ensaios / João Adolfo Hansen; Cilaine Alves Cunha e Mayra Laudanna (orgs.). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.
344 p.; 25,5 cm. (Práticas Letradas e Representação, 1)

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-314-1730-6

1. Crítica literária. 2. Representação colonial. 3. Século XVII. 1. Titulo.

CDD 869.9341

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2019

Foi feito o depósito legal

Sumário

9 DA OBRA *Cilaine Alves Cunha | Mayra Laudanna*
17 DO LIVRO *Cilaine Alves Cunha | Mayra Laudanna*
23 DA ORGANIZAÇÃO *Cilaine Alves Cunha | Mayra Laudanna*

25 LER & VER: PRESSUPOSTOS DA REPRESENTAÇÃO COLONIAL
39 PARA UMA HISTÓRIA DOS CONCEITOS DAS LETRAS COLONIAIS LUSO-BRASILEIRAS DOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII
55 A CIVILIZAÇÃO PELA PALAVRA
75 RAZÃO DE ESTADO
97 O DISCRETO
123 EDUCANDO PRÍNCIPES NO ESPELHO
153 AGUDEZAS SEISCENTISTAS
173 LUGAR-COMUM
187 A DOUTRINA DO ENGENHO POÉTICO NO SÉCULO XVII
205 *UT PICTURA POESIS* E VEROSSIMILHANÇA NA DOUTRINA DO CONCEITO NO SÉCULO XVII COLONIAL
221 MEMÓRIA E POESIA
237 APRESENTAÇÃO DOS EPITÁFIOS JOCOSSÉRIOS PORTUGUESES E CASTELHANOS
257 CATEGORIAS EPIDÍTICAS DA *EKPHRASIS*
287 ALGUNS PRECEITOS DA INVENÇÃO E ELOCUÇÃO METAFÓRICAS DE EMBLEMAS E EMPRESAS

313 POSFÁCIO *Leon Kossovitch*

325 BIBLIOGRAFIA

Da Obra

CILAINE ALVES CUNHA
MAYRA LAUDANNA

João Adolfo Hansen publicou, em 1989, *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*. Desde então, prossegue seus estudos e redige outros trabalhos sobre a sátira seiscentista e a lírica atribuída a Gregório. Mas expande suas pesquisas pelo espaço e pelo tempo, ampliando o número de questões históricas, antropológicas, retóricas e artísticas de que se ocupa desde então. Seus trabalhos concentram-se numa análise crítica e documental das práticas de representação luso-brasileiras, produzidas entre os séculos XVI e o XVIII, e da historiografia literária e artística que, desde o século XIX, vem se ocupando delas. Também examinam diversas obras, autores e categorias históricas e artísticas próprias dos tempos modernos e contemporâneos.

A parcela maior dos textos de João Adolfo Hansen dedica-se a práticas de representação luso-brasileiras. Neles, o estudioso traça um recorte temporal localizado desde a colonização – com o estabelecimento do Governo Geral, a vinda da missão da Companhia de Jesus, chefiada por Manuel da Nóbrega, no século XVI –, o início da União Ibérica, em 1580, e, depois, a partir do século XVII, incluindo o Estado do Maranhão e Grão-Pará, até a expulsão definitiva dos jesuítas e as reformas do Marquês de Pombal, no século XVIII. Tendo em vista, no entanto, a longa duração de doutrinas, dos modelos de autoridades, tópicas e procedimentos retórico-poéticos adaptados e transformados em cada circunstância específica, esse recorte temporal pode recuar a vários momentos gregos e latinos anteriores ao século XVI ou avançar pelo século XIX[1].

1. Cf. João Adolfo Hansen, "Memorial Acadêmico para Concurso de Professor Titular", São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

Na realização de sua pesquisa, Hansen cruza práticas discursivas e não discursivas dos séculos XVI ao XVIII com discursos de documentos oficiais – de Câmaras municipais, atas e cartas, regimentos de Governadores, ordens-régias, processos, pleitos e agravos de Tribunais, livros de alfândegas, contratos de compra e venda de escravos, inventários etc. –, com textos do Direito canônico; com várias retóricas gregas e latinas, outras redefinindo-as escolasticamente e realizando a doutrina da emulação de letrados e artífices, que fazem a representação do poder real para o chamado "corpo místico" do Império português. No cruzamento, estabelece homologias entre discursos ficcionais e não-ficcionais e neles recupera a mimetização de princípios doutrinários e de preceitos teológico-políticos que regeram a representação colonial.

Nuclear nesses textos, o termo "prática letrada" demonstra a concepção de história que orienta os trabalhos de João Adolfo Hansen. Considerando a particularidade histórica das produções desse tempo, o uso do termo evidencia o esforço do crítico para não desmaterializar, nem desierarquizar as matérias e os valores com que elas foram constituídas em seu tempo, sempre evitando pensá-las por meio de arquétipos ou categorias idealistas evolutivas, como "Idade Média", "Renascimento", "Clássico", "Barroco" etc. O termo implica a historicização das condições materiais de produção de um texto particular e de agentes históricos situados que se apropriam de uma matéria social determinada, transformando-a e conferindo um valor de uso específico ao produto a ser consumido por públicos de competências diversas[2].

Em seus textos, Hansen descreve a forma cultural, mental e material, específica da centralização monárquica da "política católica" portuguesa, e a ordenação teológico-política e retórico-poética de sua jurisprudência, fundamentada nos pressupostos da metafísica escolástica, aplicada à definição e à orientação da ética católica em luta contra Maquiavel, Lutero, Calvino, a Torah, o Alcorão e a sempre alegada "barbárie" e "selvageria" de negros e índios. De acordo com esses pressupostos, as práticas letradas luso-brasileiras dramatizam e presentificam a substância divina enquanto mimetizam a sacralidade católica do poder real compreendido como fundamento e garantia do "bem comum"[3].

A sociedade de corte portuguesa se organiza e se representa como um "corpo místico" de ordens sociais e estamentos fortemente hierarquizados. Nas práticas letradas dos séculos XVI, XVII e XVIII, a invenção do sujeito da enunciação dramatiza, de acordo com o crítico, os preceitos que regulam as posições sociais de estamentos e ordens sociais subordinados ao rei no *pacto da sujeição*.

2. *Idem*, p. 37.
3. Cf. João Adolfo Hansen, "A Categoria 'Representação' nas Festas Coloniais dos Séculos XVII e XVIII" e "Barroco, Neo-barroco e outras Ruínas", respectivamente publicados em István Jancsó e Iris Kantor (orgs.), *Festa. Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*, São Paulo, Edusp/Hucitec, 2001, v. 2, pp. 735-755 e em *Teresa. Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, FFLCH-USP, 2001, v. 2, p. 10-66; e "Ler & Ver", neste livro, pp. 25-38.

Segundo os fundamentos teológico-políticos e jurídicos que codificaram a organização da sociedade portuguesa, seus membros submetiam-se à "cabeça" do rei e alienavam-se da sua liberdade em favor do "bem comum". As máscaras poéticas das belas-letras modelam-se então de acordo com as paixões e os caracteres da *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, e com categorias teológicas, éticas e jurídicas escolasticamente fundamentadas da "política católica" ibérica, constituindo-se como tipos ficcionais que se representam como *discretos* e *vulgares*. A imitação dos valores, das posições hierárquicas e das leis positivas da teologia política não prevê a ruptura da ordem e o questionamento da hierarquia, pois antes afirma o poder real como doação indireta de Deus e produto da sujeição da vontade de seus membros que, recebendo privilégios da Coroa, se declaram seus vassalos.

Ao longo de seus textos, Hansen procura responder à pergunta a respeito de qual história se faz e de como ela é feita quando se toma o objeto artístico antigo para estudo. A pressuposição de que ela atualiza tempos históricos inapreensíveis em sua totalidade, a recusa em apagar "temporalidades heterogêneas coexistentes no tempo" de determinada prática leva o autor a "parcialidade", como diz, de suas atividades de pesquisador. Assim se posiciona também por considerar a impossibilidade de recuperar os objetos da pesquisa em esquemas dedutivos ou apriorísticos com que intérpretes costumeiramente os transformam em exemplos de valores e normas do seu tempo.

Para formular o diferencial histórico entre o ontem e o hoje, Hansen forja uma metodologia "poética", assim denominada por procurar acompanhar o modo particular com que cada época produz e recorta suas tópicas, a teoria da história e do conhecimento que organiza a cultura, e como as concebe e define em seus sistemas simbólicos. Seus trabalhos sobre a representação luso-brasileira buscam aproximar-se de modo plausível da "conceituação dos modos retórico-poéticos e teológico-políticos, historicamente determinados, de representação de temas contemporâneos e de avaliação deles nas práticas letradas de seu tempo"[4]. Pressupondo que o passado do material pesquisado só se apresenta hoje como "ruínas", "restos" ou resíduos nos "cacos" de arquivos, o autor deste livro constrói um sujeito enunciador para recuperar parcialmente a voz do passado morto.

Ao estabelecer correlações entre o presente da enunciação do trabalho com o passado das representações luso-brasileiras, Hansen analisa os sistemas de produção, comunicação, circulação e consumo delas em dois vetores temporais distintos: num deles, reconstrói a sua verossimilhança, estabelecida por categorias e preceitos de seu presente. No outro, direciona-a para o horizonte de expectativa do futuro, debruçando-se sobre as apropriações delas feitas em tempos nacionalista-românticos, modernos e "pós-modernos".

4. João Adolfo Hansen, "Memorial Acadêmico", p. 35.

Estratégia de função variada, o permanente cotejo que os textos de Hansen realizam de uma mesma categoria, preceito, conceito ou instituição no passado e no presente aproxima, no confronto de seus diferentes usos e tempos, o leitor de um mundo outro. Realizada por meio de um debate com princípios estabelecidos após o século XVIII iluminista – especialmente a concepção evolutiva do tempo histórico, formulada por certos expoentes do idealismo alemão, os esquemas idealistas de interpretação do objeto artístico, como "o Barroco" e "o Modernismo", e a noção de que a arte reflete a empiria, apreendidos especialmente em histórias da literatura, em estudos críticos e em histórias da arte –, a recorrente abordagem que Hansen traça das diferenças diacrônicas nos conceitos, por exemplo, de "infância", "libertinagem", "maquiavelismo", "história", "descrição ecfrástica", "discrição", "vulgaridade", "agudeza" etc., coloca em ação a alteridade, hoje, dos pressupostos, meios e fins que regravam as práticas simbólicas entre o século XVI e o XVIII.

A recusa de uma das formulações da história produzidas desde o século XVIII, a concepção quantitativa do tempo linear, contínuo e evolutivo, leva Hansen a propor que obras, autoridades e preceitos éticos, gramaticais, poéticos, retóricos, filosóficos, teológicos etc. – gregos, latinos, bizantinos, patrísticos e escolásticos – permaneceram por longas durações. Na experiência antiga da temporalidade, a noção de "autoria" implica a imitação de determinada autoridade consolidada em um gênero específico e a "excelência no desempenho de um gênero que compete com outros desempenhos". No presente de suas apropriações, a norma de que obras particulares devem imitar modelos de autoridade se institui não como sucessão cronológica que superaria evolutivamente um tempo anterior, mas "como acumulação compendiária que, se mantendo na esfera do gênero, faz variações engenhosas dele, acrescentando a ele novos exercícios de seus predicados"[5]. Começando a desaparecer no século XVIII, os modelos, preceitos e tópicas acumuladas pelo costume podem guardar resíduos de outros tempos, como ocorre em programas da arquitetura, escultura, obras de talha e pintura, principalmente na região de Minas Gerais e Goiás, no século XVIII e no século XIX[6]. No longo intervalo da vigência deles, ao serem repostos em uma situação discursiva e artística específica, as técnicas e os modelos transmitidos acumulam sedimentos de outros tempos produzindo para eles outros valores de uso.

Na experiência de leitura dos textos de Hansen, observa-se que a densidade da síntese do preâmbulo – com antecipação do objetivo, do objeto a ser adiante abordado, das táticas adotadas para lidar com o mesmo – vai, ao longo da leitura, ganhando materialidade na discussão de cada uma das particularidades históricas, filosóficas, retóricas e poéticas inicialmente condensadas.

5. *Idem*, p. 50.
6. *Idem*, p. 50.

A forma e a leitura do conjunto de seus textos concretizam-se como uma espécie de caleidoscópio em que os assuntos, os conceitos, os preceitos e as técnicas das representações se justapõem, entrecruzam-se e encadeiam-se, num modo de exposição que preserva a hierarquia avaliativa que receberam em seu tempo próprio. Programaticamente, ora Hansen prioriza um tema da doutrina teológico-política, um preceito, a materialidade bibliográfica e histórica de alguma prática etc. e os articula com outros temas, aparentemente secundários, assim constituídos na síntese feita para evidenciar a sua interpenetração e inserção no tema central. Ora também, em outros textos, o que antes surgia como tema correlato vem para o primeiro plano até que, no final, emerge a constelação discursiva das práticas culturais que, nos séculos XVI, XVII e XVIII, pressupõem que o pensamento se concretiza por meio de relações teóricas e análogas, sem separar forma e conteúdo, significado e significante, conceito inteligível e imagem sensível, narração e descrição. Nessa operação, emerge a subordinação das esferas social, jurídica, letrada e artística ao "bem comum" do Estado regrado teológico-politicamente, segundo preceitos da chamada "política católica". Com isso, o principal e o secundário trocam de posição e se tornam necessários nos diferentes momentos do livro.

Em outro traço dos trabalhos de João Adolfo Hansen observa-se neles o constante diálogo com temas que atravessam boa parte das modernidades artísticas e intelectuais, como a afirmação da liberdade contra os processos de racionalização instrumental da vida, a crítica às relações sociais mercantilizadas, a determinação de uma função negativa da atividade acadêmica, como resistência contra a administração das consciências. A reflexão de Hansen sobre as artes modernas e contemporâneas materializou-se, entre outros, em sua dissertação de mestrado (1983), dedicada a *Grande Sertão: Veredas*[7].

A posição de João Adolfo Hansen no interior de questões teóricas e políticas postas por seu tempo não se limita à sua dissertação, nem à natureza de suas atividades docentes. Pode também ser observada em diversos âmbitos de sua prática intelectual: nos interlocutores com os quais dialoga, como Lucien Febvre, Marc Bloch, Lévi-Strauss, Daniel Roche, Lawrence Stone, Quentin Skinner, Peter Burke, Norbert Elias, Jean Pierre-Vernant, Paul Veyne, Michel de Certeau, Reinhart Koselleck, Roger Chartier, Michael Baxandall, Jurgis Baltrusaitis, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Gerard Genette, Mikhail Bakhtin, André Chastel, Paola Barocchi, Erwin Panofsky, Aby Warburg, Pierre Francastel, Robert Weimann, Hans Ulrich Gumbrecht, Hanna Arendt, Mikhail Bakhtin, Valentin Voloshinov, Karl Marx, Friedrich Engels, Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser, Pierre Bourdieu, Sigmund Freud, Jacques

7. João Adolfo Hansen, *O O: A Ficção da Literatura em Grande Sertão: Veredas*, São Paulo, Hedra, 2000.

Lacan, Jean-François Lyotard, Marta Maria Chagas de Carvalho, Sílvia Hunold Lara, Leon Kossovitch e tantos outros.

Com eles, os resultados do estudo crítico e documental das letras coloniais de Hansen expõem algumas das principais questões que inquietam a vida moderna e contemporânea, como a dominação, a violência do absolutismo católico, a permanente reposição da escravidão, as estratégias discursivas e práticas adotadas para tanto; a imposição de uma jurisprudência particular como expressão da justiça divina; a naturalização e a sacralização do poder real, das desigualdades e das distinções sociais; as formas de clientelismo; o capital simbólico e os valores de uso das matérias sociais e de procedimentos retórico-poéticos, estilizados no referencial selecionado.

Baseado na generosidade e na troca intelectual, o exercício de João Adolfo Hansen a favor da liberdade do pensamento crítico corre paralelamente à sua convicção de que é função da educação constituída como pública questionar os fundamentos do conhecimento. Para tanto, elege a polêmica como um dos traços nucleares de suas atividades. Assim é possível, diz ele, destruir as "formas presentes da realidade vil" e a inércia do conhecimento. Reafirma, com isso, que, na universidade pública, a função do professor e do pesquisador é criticar a opinião petrificada em ideologias e dogmas classificatórios positivistas, transmitidas de geração a geração como verdades transistóricas[8]. Numa intervenção contra a instrumentalização das atividades educacionais de acordo com as finalidades do mercado, Hansen adota como estratégia da docência e da pesquisa a destruição da violência colonial que, transformada no Brasil por regimes políticos e econômicos distintos, vem se repondo como valor naturalizado.

Nessa diretiva de suas posições teóricas e políticas, observa-se, no exercício da docência e da pesquisa de João Adolfo Hansen, a constante militância contra a racionalidade tecnocrática e em favor da cultura intelectual e artística. Procura, com isso, enfrentar diversos sensos comuns, como aqueles de positivistas que esvaziam e unificam, por exemplo, a instituição retórica em "a Retórica", assim postulando, lembra Hansen, uma impossível espontaneidade da linguagem e desprezo pelo artifício. O preconceito sobre "Retórica" desconsidera que a linguagem é convenção de práticas estabelecidas em contrato e que, em sua formulação, a espontaneidade sempre é um efeito, entre outros, derivado de técnicas apropriadas. Contra isso, Hansen ressalta, com Bakhtin, que a materialidade da linguagem e suas formas concretas de comunicação não se isolam das práticas sociais, historicamente particularizadas. Nessa militância em favor da cultura letrada e crítica, pode-se entrever o pressuposto de que o ser humano é ser de linguagem que participa da historicidade significante do seu mundo e pode tornar-se livre quando estranha a racionalização do vazio

8. João Adolfo Hansem, "Memorial Acadêmico", p. 9.

que gira em torno da coisa em si, criticando a sua efetivação como imposição do "real" e dos "restos" na vida coletiva e pública.

Em meio a isso, observa-se, na prática intelectual de Hansen, uma resistência contra a especialização e a instituição, na academia, da concorrência por objetos de estudo. Essa determinação leva-o a produzir outros textos dedicados a autores, artistas plásticos, teóricos da literatura, historiadores e categorias próprias deste tempo e de outros: sobre a obra de Michel de Certeau, Roger Chartier, Eric Auerbach, Dante, Camões, Cervantes, Antônio Vieira, Sousândrade, Castro Alves, Machado de Assis, Augusto dos Anjos, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, a poesia marginal nos anos 1970, Saramago, Hilda Hilst, Glauco Mattoso, Régis Bonvicino, Verônica Stigger, Hélio Oiticica, Rubens Gerchman e Carlos Bracher; sobre as noções de "autor" e de "autoria"; e a experiência do tempo e da temporalidade após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

Do Livro

CILAINE ALVES CUNHA
MAYRA LAUDANNA

Os textos publicados neste livro tratam de categorias e conceitos político-teológicos que contribuíram para unificar a "política católica" e centralizar as monarquias absolutas. Procurando discutir *representação* de acordo com o tempo presente dela, Hansen analisa preceitos retórico-poéticos, protocolos do decoro de classificação dos gêneros discursivos e de estilos que a ordenaram historicamente. Considerando que a representação atravessa e orienta representações particulares, os textos investigam práticas religiosas, educacionais, judiciárias e catequéticas da "política católica". Os artigos de Hansen também abordam as determinações e os condicionamentos materiais e institucionais das práticas luso-brasileiras, tais como o exclusivo metropolitano, a profissionalização do letrado alheia à divisão burguesa do trabalho intelectual, as instituições e práticas educacionais, religiosas e catequéticas da Companhia de Jesus, entre outros. Enquanto trata da maioria desses assuntos, Hansen recupera a apropriação e problematiza a reciclagem, por diferentes tratadistas, de autoridades tradicionais e de padrões retórico-poéticos antigos, gregos, latinos, patrísticos e medievais, de acordo com os pressupostos teológicos da "política católica".

Entre os catorze títulos aqui reunidos, "Ler & Ver" discorre sobre a articulação, na teologia-política ibérica, do conceito de Deus como Causa primeira e final da natureza e da história segundo a doutrina da luz natural da Graça inata. Recupera a presença desses princípios na experiência da temporalidade e no projeto histórico providencialista, na teoria mística do conhecimento, na forma de organizar o pensamento e a linguagem e sistematizar doutrinariamente a produção sensível do signo por meios de conceitos e categorias como "Identidade divina", "analogia", "semelhança", "proporção", "proporcionalidade", "bem comum", "prudência", "dissimulação honesta", "discrição" etc.

"Para uma História dos Conceitos das Letras Coloniais" trata dos pressupostos e dos procedimentos com que João Adolfo Hansen procura recuperar as práticas de representação dos séculos XVI e XVII, discorrendo sobre as funções miméticas e judicativas do regramento retórico das mesmas. Ao tratar dos procedimentos de composição e interpretação das letras coloniais no tempo presente em que foram produzidas, o texto detalha o modo com que elas, ao oporem os tipos intelectuais do *discreto* e do *vulgar*, figuram os destinatários e as posições sociais que nelas se representam. Atravessando esses temas, o da circulação por meio da manuscritura e da oralidade dos produtos das práticas letradas seiscentistas encontra-se detalhado no texto.

Os textos "A Civilização pela Palavra" e "Razão de Estado" contextualizam a discussão sobre seus respectivos temas no momento posterior à dissolução, em meados do século XVI, da unidade da cristandade com a publicação das teses de Lutero e a convocação do Concílio de Trento. O primeiro deles trata das reformulações, após a publicação dos decretos do Concílio, a partir de 1540, da doutrina escolástica da luz natural da Graça inata, considerando-a como uma das estratégias que, contra Lutero, garantiram ao clero católico o poder exclusivo de transmissão e pregação da fé. Na abordagem do método de ensino da Companhia de Jesus, "A Civilização pela Palavra" analisa tratados e preceptistas que, adaptando Aristóteles, Quintiliano, Horácio e outros autores antigos de acordo com os critérios da teologia política católica, reciclaram preceitos e regras da oratória, entre outras providências que levaram à profissionalização do orador sacro.

Para discorrer sobre o tema da "razão" do Estado monárquico absolutista, Hansen acompanha a sua fundamentação na obra homônima de Giovanni Botero e em Maquiavel, Lutero, Calvino, Francisco Suárez, Santo Tomás de Aquino, Santo Agostinho, Aristóteles, entre outros. O artigo "Razão de Estado" desdobra o processo que desembocou na formulação neoscolástica das doutrinas teológico-políticas que legitimaram a perenidade e a soberania das monarquias absolutas. Hansen considera que, numa orientação antiluterana e antimaquiavélica, a adaptação de argumentos derivados do Antigo e do Novo Testamento e sua fusão com enunciados de antigas doutrinas políticas, como Platão e Maquiavel, forneceram à política católica os princípios cristãos que a efetivaram como uma técnica de conquista, conservação e ampliação do poder monárquico.

O artigo "O Discreto" trata do modelo cultural do cortesão prudente e agudo, constituído como padrão de comportamento "universal" disseminado por todo o corpo político da sociedade portuguesa até o século XVIII. Analisando os modelos de autoridades antigas nos quais ele se aconselha e seus códigos de ação e bem dizer – caracterizados pela discrição, agudeza, dissimulação e signos da honra – o artigo descreve a função do tipo na sociedade da corte portuguesa: dominando os protocolos do decoro, age publicamente com prudência

para manter a aparência da unidade do corpo político do Estado. Na relação entre iguais, o tipo ideal de comportamento concretiza-se como uma técnica de disputa e rivalidade que favorecem o controle social.

Após evidenciar a irredutibilidade da concepção de "infância" doutrinada segundo a metafísica cristã, anterior ao século XVIII iluminista, o texto "Educando Príncipes no Espelho" discute os critérios educacionais e apresenta as instituições responsáveis, na política católica ibérica dos séculos XVI, XVII e XVIII, pela educação de infantes, príncipes e delfins. Contextualizando o momento de transformação da antiga nobreza de armas em nobreza letrada, o artigo discute o método de educação aplicado segundo o modelo ético-político do "príncipe prudente". Baseando-se em tratados de Leon Battista Alberti, Erasmo de Rotterdam, Juan Luis de Vives, entre outros, Hansen analisa o "espelho de príncipes", o principal gênero didático que aconselha o elenco das virtudes cristãs que o educando deve dominar, oferecendo-lhes os parâmetros para treinar a sua memória com a erudição, para que interprete as autoridades antigas e adote táticas de integração e preservação dos súditos na "unidade" suposta do corpo político.

Em outros textos deste livro, Hansen analisa conceitos e procedimentos próprios da lógica da imagem e da poética das belas-letras dos séculos XVI e XVII. Considerando tratadistas italianos, espanhóis e portugueses, descreve a agudeza e categorias associadas a ela, como o "engenho", a "fantasia", o "juízo", o "gosto" e a "maravilha".

"Agudezas Seiscentistas" concentra-se numa discussão sobre a metáfora aguda, denominada *wit*, *Witz*, *pointe*, *accutezza*, "conceito engenhoso" ou "ornato dialético", compreendida como fundamento nuclear das práticas de representação. Numa fusão de dialética e retórica, a agudeza busca relações de semelhanças entre coisas e conceitos distantes: procura dispor e expandir dialeticamente os temas pelas partes continuadas do discurso e ornar sensivelmente os conceitos, substituindo-os por metáforas enigmáticas obtidas pela aplicação sistemática das dez categorias aristotélicas. O texto detalha as diversas espécies da metáfora aguda, os modos com que ela condensa e representa sensivelmente conceitos distantes, seus efeitos inesperados no destinatário e os vícios que se devem evitar em sua produção. Criticando como redutora a desclassificação positivista da poética da agudeza como "afetação", "futilidade" e "jogo de palavras", Hansen destaca que ela se tornou categoria histórica desde que expandiu o campo das artes, orientando a maneira de pensar, falar e agir próprias do discreto cortesão.

"Lugar-comum" distingue o conceito que intitula o artigo de seu emprego atual como "clichê" e "senso comum". Recupera a sua conceituação pela instituição retórica – que "durou com muitas diferenças desde os gregos do tempo de Platão e Aristóteles até a revolução romântica" –, como o elenco de argumentos gerais, tidos por verdadeiros ou semelhantes ao verdadeiro, que podem

garantir a plausibilidade do discurso em composição. O texto problematiza a relação dos *topoi* com a "memória artificial", partilhada coletivamente, e com o conceito de "invenção", compreendido como a capacidade de se apropriar e adaptá-los em uma variação elocutiva.

Na conferência "A Doutrina do Engenho Poético", o autor retoma preceptivas do século XVII que definiram a direção geral da poética da agudeza como unidade superior de verdade e beleza que funde divisão dialética e ornato metafórico. O artigo discute a doutrina do engenho como a faculdade que, na invenção e na disposição das obras figuradas agudamente, torna-se responsável por analisar, com perspicácia e versatilidade, as matérias simbólicas que, transformando-se, são emuladas das autoridades canônicas. Recuperando a distinção seiscentista entre juízo e engenho, destaca que, para que se torne engenhosa, a ordenação metafórica dos conceitos analisados prevê a intervenção do juízo como faculdade que impõe os limites da arte à fantasia analítica do engenho. O texto detalha os três modos básicos de classificação do engenho ("natural", "exercitado" e "furioso"), considerando as implicações de suas normas e princípios na formulação da verossimilhança dos estilos e gêneros.

Desdobramento da discussão sobre o conceito "engenhoso", "*Ut Pictura Poesis*" discorre sobre as relações retóricas que, no século XVII, estabeleceram homologias entre a pintura e a poesia. Considerando essa homologia como padrão retórico ordenador do decoro estilístico das agudezas, Hansen retoma a adaptação, feita por preceptistas do século XVII, do princípio horaciano dizendo que, assim como a pintura, a poesia deve produzir alegorias visualizantes de efeitos maravilhosos. O artigo privilegia a discussão sobre os distintos graus de obscuridade semântica do ornato dialético, considerados de acordo com a variedade dos estilos dos gêneros, exemplificando-os com textos de John Donne, Antônio Vieira, Gregório de Matos, Juan Del Valle y Caviedes e sor Juana Inez de la Cruz.

O artigo "Memória e Poesia", inédito em registro escrito, reconstitui as determinações retóricas da "memória artificial" que a distinguem da memória natural. O texto recupera o emprego da arte mnemônica como técnica da invenção, disposição, elocução dos discursos, da ação e encenação dos seus sujeitos da enunciação. Pela memória artificial, o perito na arte de dizer retém mnemonicamente os argumentos genéricos, partilhados coletivamente, do elenco das autoridades do costume antigo que imita. Particularizando-os por meio de questões determinadas como hipóteses ou causas, regula-os de acordo com a memória da verossimilhança e o decoro específico dos gêneros. Tratando de outra de suas funções, Hansen discorre sobre o uso de suas técnicas no ato de apresentação do discurso para uma audiência.

"Apresentação dos Epitáfios Jocossérios Portugueses e Castelhanos" analisa um manuscrito do século XVII com 37 epitáfios medievais, renascentistas e seiscentistas, do *Códice 155* da Reserva da Biblioteca Geral da Universidade

de Coimbra. O interesse do autor pela antropologia, pela história e pela poesia leva-o a discutir os estilos da figuração do tema da morte nos epitáfios. Na contraposição que traça entre a concepção da morte no tempo dos epitáfios e os seus pressupostos atuais, o texto descreve a *ars moriendi* cristã como ensinamento do "bem morrer".

"Categorias Epidíticas da *Ekphrasis*" aborda os princípios retóricos e poéticos que, de acordo com Hermógenes, Calístrato, Filóstrato de Lemnos e Luciano de Samósata, regulam as técnicas da descrição de coisas, pessoas (paixões e caracteres), lugares e tempo (as estações). Retoma a codificação da écfrase como gênero panegírico que, tal como teorizado por Aristóteles (*Ética a Nicómaco*), permite amplificar, com energia e vividez, a narração e figurar lugares imaginários, bucólicos, paixões, caracteres, obras de arte etc. Em diálogo com histórias das artes que definem a temporalidade por meio de categorias do idealismo alemão, o texto ressalta que, diferentemente do que hoje se entende, a descrição ecfrástica extrapola a sua definição atual como mera descrição de obras de arte ou simples efeito visual.

A partir do estudo de livros de Paolo Giovio, Andrea Alciato, Cesare Ripa, Solórzano Pereira e Saavedra Fajardo, entre outros, "Alguns Preceitos da Invenção e Elocução Metafóricas de Emblemas e Empresas" analisa as imagens que passaram a ilustrar, na primeira metade do século XVI, a reedição do livro de epigramas latinos do piemontês Andrea Alciato, intitulado *Emblemata*. Essas imagens metaforizam os lugares-comuns, desenvolvidos discursivamente nos epigramas, e disseminam-se como emblemas por poetas, pintores, gravadores e tratadistas da emblemática, durando até o início do século XIX. Tratando de preceitos de sua invenção e elocução segundo as categorias do *ut pictura poesis* horaciano, o artigo descreve as três partes com que o emblema se constituiu como gênero público e o coteja com a *empresa*, a imagem alegórica gravada em escudos e bandeiras de indivíduos, sem correspondência, como aquele, como discurso de uma sentença de uso coletivo.

Da Organização

CILAINE ALVES CUNHA
MAYRA LAUDANNA

A maior parte dos textos que João Adolfo Hansen produziu nesses trinta anos foi originalmente concebida como artigos de revistas acadêmicas, capítulos de livros e conferências apresentadas em eventos no país e no exterior. A reunião desses textos objetiva tornar disponível esse material disperso em periódicos e em antologias de trabalhos coletivos nacionais e internacionais, alguns já fora de circulação, ou apresentados oralmente em eventos diversos. Considerando-se o número desses trabalhos e os vários assuntos neles estudados, optou-se por reuni-los em diferentes volumes.

Neste primeiro livro, publicam-se os escritos de Hansen que tratam de práticas discursivas e não discursivas, vigentes nos séculos XVI, XVII e XVIII. Estudos do autor que abordam outras práticas do período serão contemplados no próximo volume. Em um terceiro serão agrupados os trabalhos dedicados a temas e artes modernas e contemporâneas.

O levantamento dos trabalhos de João Adolfo Hansen em revistas, livros, arquivos pessoais e de diversas instituições acadêmicas e editoriais apresentou, por vezes, versões diferentes de um mesmo texto. A seleção da versão aqui publicada resultou de reuniões entre o autor e as organizadoras.

Tendo em vista as diferentes finalidades, os registros discursivos, os veículos e os suportes para os quais os artigos aqui reunidos foram originalmente concebidos, optou-se por manter seu formato inicial como artigo, capítulo de livro e conferência. Essa decisão baseou-se na pressuposição de que a atividade acadêmica pode se desenvolver de acordo com aquela prática que, em seu memorial do concurso de titularidade, Hansen nomeia de "arar o mar", valendo-se de Quevedo. Ela se consolida como resultado da liberdade do autor para escolher os temas de suas pesquisas, para assumir livremente suas decisões sobre o modo de executá-las. O exercício da pesquisa realiza-se também de

acordo com as contingências da vida acadêmica, muitas vezes em condições institucionais precárias e inóspitas, ao acaso da participação em eventos e em projetos editoriais.

Neste livro, a recolha de artigos produzidos em diferentes momentos e como trabalhos independentes permite que o leitor possa escolher a leitura sequencial deles ou intercalá-la por alternância variada. Também determinou o trabalho de preparação e fixação do texto, especialmente a decisão de preservar algumas passagens de um artigo que, de modo diferente, se repetem em outro. Essa opção se reforça pela consideração de que cada uma dessas reiterações possui a função, no trecho em que surge, de adensar a abordagem da matéria principal ali tratada, apresentando-se como tática para expor o assunto em uma variedade de aspectos que gravitam em torno do eixo principal do texto. Ainda que elas não sejam o foco central no artigo em que surge, sem elas, no entanto, a argumentação nuclear pode se enfraquecer.